

Compra de remédios sob suspeita

Alessandra Flach
e Ederson Marques

O secretário de Saúde José Geraldo Maciel terá cinco dias, a partir de segunda-feira, para explicar problemas na compra de medicamentos excepcionais. Irregularidades na gestão de medicamentos indispensáveis no tratamento de doenças graves em 2006 e comprometimento do abastecimento de 2007 levaram a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus) do Ministério Público do DF e Territórios e o Ministério Público de Contas do DF a iniciar apuração de problemas envolvendo o setor. Em ofício enviado a Maciel ontem, os dois órgãos cobram explicações urgentes.

■ Muito gasto para nenhum paciente

Além das irregularidades orçamentárias na gestão de medicamentos de alto custo, a Secretaria de Saúde terá de explicar os muitos problemas que ocorreram na compra de poucos remédios ano passado. O Ministério Público constatou que não foram adquiridos remédios indispensáveis para tratamentos de doenças graves, mesmo com repasse de verbas feito pelo governo federal. Em contrapartida, foram adquiridas grandes quantidades de medicamentos de alto custo para os quais não há pacientes inscritos.

Para as procuradoras do Ministério Público do DF e Ministério Público de Contas do DF, além de justificar as compras, o secretário José Geraldo Maciel terá de identificar os medicamentos mais caros e que atendem ao maior número de pacientes, além de auditar as compras feitas.

Medicamentos como Lamivudina usada para tratar hepatite C e HIV, Penicilamina para tratamento da Doença de Wilson e Sabutamol spray que é antitérmico e analgésico, não estão na lista dos excepcionais e foram comprados 290, 20 mil e 9 mil unidades respectivamente de cada. Remédios como Calcitrol para osteoporose, Rivastigmina para Doença de Alzheimer e Toxina Botulínica tipo A usada para reabilitação de pacientes com sequelas de derrame cerebral e estrabismo, que atendem 369, 52 e 60 pacientes, fazem parte da lista dos excepcionais, mas não foram adquiridos. Enquanto medicamentos como o Alfacacicol, a Budesonida e a Cloroquina, que não atendem a nenhum paciente, tiveram 1.300, 60 e 30 mil unidades respectivamente, adquiridas pelo programa.

O ofício questiona: “por que foram comprados os medicamentos, que existem registros

A principal irregularidade está no empenho dos recursos de 2006, cuja conta não fecha. De acordo com a SES, em 2006, R\$ 7, 2 milhões foram empenhados pelo DF em medicamentos excepcionais e R\$ 34,4 milhões pela União. O Ministério da Saúde, no entanto, informou repasse de apenas R\$ 22,7 milhões. Os percentuais informados pela secretaria também não se confirmam quando confrontados com as informações do Ministério: seriam R\$ 24,7 milhões (92,01%) da União e R\$ 1,9 milhão (7,99%) do DF. A apuração conjunta apontou para a utilização irregular de recursos dos programas FAEC – Ações Estratégicas, Gestão Plena de Sistema Estadual (GPSE), PAB Fixo e

Assistência Farmacêutica Básica na compra dos medicamentos.

Para os procuradores, a situação fica ainda mais estranha quando se verifica que a União transferiu no ano passado, em conta específica de repasse aos

Em 2006, R\$ 7, 2 milhões foram empenhados pelo DF em medicamentos excepcionais e R\$ 34,4 milhões pela União.

fornecedores, apenas os valores referentes aos meses de janeiro a outubro. Na prática, o fundo para compra de medicamentos excepcionais fechou o ano com saldo de mais de R\$ 2 milhões.

“A SES alega que deixou de adquirir medicamentos no último trimestre de 2006, porque não havia saldo orçamentário. Na verdade, contudo, o que se observa é que existia um saldo de R\$ 2,8 milhões. Quantia que, a princípio, seria suficiente para permitir a compra dos medicamentos evitando o desabastecimento ocorrido”, diz o documento assinado pela Procuradora de Justiça do Ministério Público do DF Cátia Gisele Vergara, e pela Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do DF, Cláudia Fernanda Pereira.

Ambas pedem esclarecimentos sobre a não-destinação de verba suficiente para cumprir a cota do DF no programa, a não-liquidação dos

recursos empenhados e disponíveis em 2006 e a utilização de dinheiro de outros programas para adquirir medicamentos excepcionais, quando haviam dotações financeiras específicas para isso.

Segundo o presidente do Fundo de Saúde do DF, José Maria Freire, para 2007 foram aprovados R\$ 51,7 milhões para medicamentos excepcionais, dos quais R\$ 4,1 milhões já foram empenhados. Somados ao saldo positivo de 2006, já são R\$ 8,3 milhões somente em 2007, mas ainda não liquidados. O secretário José Geraldo Maciel, informado sobre o ofício, afirmou que só dará declarações depois de ter acesso oficial ao documento.

ARQUIVO JB



Fila à espera de medicamentos: Secretaria admite que milhares ficaram sem remédio

de compras por mais de uma vez, se não existem pacientes atendidos pelo programa”.

As procuradoras consideraram frágeis as explicações da Secretaria de Saúde para a não distribuição dos medicamentos. Segundo elas, alegar que servidores estavam de férias e atraso na entrega pe-

los fornecedores não justificativas aceitáveis. As procuradoras exigem que a Secretaria de Saúde apresente dados concretos, documentos e providências a ser tomadas para resolver as falhas na distribuição de medicamentos.

O documento lista, ainda, vinte medicamentos que pos-

suem pacientes inscritos mas não estão disponíveis em estoque, entre eles Microfenolato, e Atorvastatina, com mais de mil inscritos cada. O Microfenolato é receitado para doentes transplantados e a Atorvastatina destina-se aos que têm problemas cardiovasculares.

■ Contabilidade dos estoques não batem

As denúncias de irregularidades na compra de medicamentos de alto custo levaram o Ministério Público do DF e o Ministério Público de Contas a descobrir problemas de estocagem que vão muito além do simples esvaziamento. De acordo com a pesquisa feita pelas procuradoras Cátia Gisele Vergara e Cláudia Fernanda Pereira, seis remédios apresentam quantidades diferentes nos estoques de novembro e dezembro do ano passado, o que é inexplicável considerando que nada foi distribuído ou adquirido.

“Analisando novembro e dezembro de 2006, os estoques finais de um mês teriam de ser iguais aos iniciais do outro, mas isso não acontece com os medicamentos Alendronato (30 unidades a mais em dezembro), Formoterol (uma unidade a mais), Lamo-trigina (120 unidades a mais), Sinvastatina (30 unidades a mais) e Somastrofina (31 unidades a mais)”, questiona o documento.

Outra confusão encontrada pelas procuradoras diz respeito ao número de pacientes totais que fazem uso dos medicamentos, e dos que estão, atualmente, sem acesso aos remédios. Em documento de resposta à questionamentos anteriores das procuradoras, a Secretaria de Saúde informa que 19.885 pacientes fazem uso de medicamentos excepcionais, além de 510 que conseguiram o acesso aos remédios por meio de decisões judiciais.

Segundo a SES, 11.137 pacientes não receberam medicamentos desde maio por falta de remédios em estoque. A dúvida das procuradoras é se esse número representa o total de pacientes sem acesso ou se o mesmo paciente aparece diversas vezes na lista por deixar de receber o medicamento a cada mês.